

---

## SUJEITO, ÉTICA E HISTÓRIA

Entrevista com José Luiz Fiorin

**MICHELE – Professor, primeiramente eu gostaria que o senhor falasse sobre a sua formação intelectual, graduação, mestrado, doutorado...**

FIORIN – Bom, eu sou de uma cidade do interior do Estado de São Paulo, que fica bem longe da capital. A cidade se chama Birigüi. Eu pretendia, na verdade, fazer Direito, daí eu tinha me inscrito no vestibular da Faculdade de Direito da USP. Nessa época, meu pai, que era agricultor, perdeu tudo o que tinha num desses azares, então eu voltei para Birigüi porque não dava para continuar estudando em São Paulo. Aí comecei a fazer Letras em uma cidade próxima, Penápolis. Comecei a fazer Letras na verdade por desafio, porque eu pretendia ser advogado. Mas tomei gosto pela coisa e, mesmo assim, quando terminei a Graduação, eu continuava na cabeça com a idéia de fazer Direito. Bom, mas aí eu fui fazer um Curso de Especialização. Na época, Curso de Especialização não era uma coisa tão difundida assim e, na faculdade de Araraquara, da UNESP, o professor Francisco da Silva Borba dava um Curso de Especialização em dois anos. Então, fui fazer esse Curso de Especialização. Era minha colega, por exemplo, a professora Maria Helena de Moura Neves, que vai vir aqui falar, não é? Nesse curso se fazia um semestre de Fonética e Fonologia, um semestre de Morfologia, um semestre de Sintaxe, um semestre de Semântica. Foi aí que eu peguei gosto mesmo pela coisa e resolvi me candidatar ao Mestrado na USP. Nessa época, também, os cursos de Mestrado eram poucos, isso foi em setenta e quatro (1974), setenta e três (1973), não me lembro direito... Bem, aí eu me candidatei ao Curso de Mestrado com o professor Izidoro Blikstein e fiz uma dissertação sobre os sermões de Antônio Conselheiro. Ele deixou um manuscrito com anotações dos sermões que fazia em Canudos e eu estudei esse manuscrito. Na verdade, nessa dissertação, o que eu estava interessado em mostrar é que, sob a aparência do discurso religioso, havia um discurso político bem

---

articulado, que era um discurso político conservador. Embora nesse manuscrito haja um sermão que seja estritamente político e que se chama *Sobre a República* - o Conselheiro era um monarquista e esse é um sermão contra a República -, eu não estava interessado em sermões explicitamente políticos, mas naqueles que eram claramente religiosos: por exemplo, há uma série de sermões, são vinte e nove, sobre as dores de Maria Santíssima. Então o que eu estava mostrando era que, sob esse discurso religioso, havia um discurso político que se articulava com esse discurso religioso. Bom, aí em seguida eu comecei a fazer Doutorado e, no Doutorado, ainda interessado nessa questão desses dois tipos de discursos, estudei os discursos dos presidentes da República da Ditadura, de Castelo Branco até Geisel, quando foi revogado o Ato Institucional número cinco, que foi, digamos, o fim do período ditatorial mesmo. Então eu estudei os discursos desse período. Isso eu publiquei em um livro que se chama *O regime de 1964: discurso e ideologia*, da editora Atual. Bom, essa foi minha trajetória intelectual. Paralelamente a isso, devo dizer o seguinte: fui professor secundário durante muitos anos. Quando eu ainda estava na Graduação, comecei a dar aula, inicialmente de Latim, no Curso Clássico, quando ainda havia Latim, no 'finzinho' do Clássico, e depois de Português em diversas cidades do interior do Estado de São Paulo, Birigüi, Piacatu, Distrito do Roteiro, no município de Mirandópolis e Guaraçaí. Nesses dois últimos lugares é que eu fiquei bastante tempo. Em Guaraçaí fui, durante alguns anos, diretor de escola. Depois, quando entrei no Mestrado, como eu tinha feito concurso de ingresso para o magistério secundário do Estado de São Paulo, escolhi uma escola da capital, onde fiquei até fazer o concurso na UNESP, em Araraquara, onde eu fiquei até 1987, quando eu fiz o concurso para a USP, onde estou desde então.

**PABLO – Professor, o senhor transita entre diversas áreas de estudos sobre a linguagem, Análise de Discurso, Semiótica, Enunciação, ensino da Língua Portuguesa e Literatura. Gostaríamos de saber como é trabalhar com essa diversidade.**

FIORIN – Bom, eu diria o seguinte: o que me incomoda na universidade é que muitas vezes as pessoas têm uma concepção religiosa de ciência. O que eu chamo uma concepção religiosa da ciência é as pessoas acharem que a teoria com que trabalham é A VERDADE. A verdade, nesse sentido, só existe em discurso

---

religioso. Em discurso religioso, ouvimos a palavra dita revelada e ela é a verdade que nos explica tudo, de onde viemos, o que somos, para onde vamos, qual o sentido da vida, por que a gente sofre... Não, ciência não é isso! Ciência cria modelos de aproximação da realidade e esses modelos vão sendo aperfeiçoados, porque não existe um modelo que dê conta da totalidade da realidade. Assim acontece com a linguagem. A realidade da linguagem é por demais complexa para que um modelo dê conta de todas as suas facetas. Ora, na verdade, desde muito cedo, me interessei por um objeto que é o discurso. Dentro do campo do discurso, na verdade, me interessei por todas as teorias, porque acho que cada uma delas analisa um aspecto e não outro; estuda melhor um aspecto. Claro que isso não me permite fazer um ecletismo em cada trabalho. Em cada trabalho, se eu estou estudando um determinado aspecto do discurso e é aquela teoria que serve para estudar, então é aquela teoria que vou usar. Não dá para fazer uma miscelânea de teorias num ecletismo danado. Então, me interessei por todas as teorias que se referem ao discurso, principalmente a Análise de Discurso de linha francesa e a Semiótica francesa. Tenho um interesse lateral pela Semiótica russa, nenhum interesse pela Semiótica norte-americana e pequeno interesse pela Análise de Discurso, tal como é feita nos países anglo-saxões. Tenho um interesse também forte pela Linguística Textual, que estuda questões de coerência, questões de textualização, etc. Bom, isso explica meu interesse pelo discurso, mas não pelo ensino de Língua Portuguesa. O meu interesse pelo ensino de Língua Portuguesa deriva do seguinte fato: acho que não temos ensino adequado de texto na escola. Que é o ensino de texto na escola? Você dá um texto, no geral idiota, desses que aparecem nos livros didáticos, 'croniquinhas', por exemplo, e faz perguntas absolutamente não desafiadoras para os alunos. Por exemplo, eu vi em um livro de 2ª série um texto assim: "Papai sai de manhã para trabalhar. A mamãe fica em casa cuidando dos afazeres domésticos". Além da questão de que não é verídico que o papel da mulher, hoje, seja ser apenas dona de casa, a primeira pergunta do questionário era: "Quem sai de manhã para trabalhar?" Qualquer criança responde a isso. Se você disser "Papai saiu" e perguntar "Quem saiu?", a resposta será "Papai", claro. Então achei que precisava embasar o ensino de leitura e de redação em teorias do texto e do discurso. Bom, aí não tive nenhum escrúpulo de pegar de diferentes teorias alguns aspectos que fossem mais significativos. Por exemplo, da Análise de Discurso, peguei a questão da

---

heterogeneidade constitutiva, da heterogeneidade mostrada (isso não aparece, em meu livro, com esse nome; aparece ‘vozes’); da Semiótica, peguei a questão da estrutura narrativa; da Teoria da Enunciação, peguei o estudo dos tempos, os valores temporais, o estudo do narrador; das Teorias de Argumentação, peguei as questões de argumentação de que tratei; da Lingüística Textual, peguei a questão de coerência e coesão. Tomei coisas de diversas teorias, porque entendo que no ensino devemos nos valer dos vários aspectos da realidade lingüística estudados pelas diferentes teorias. Agora, com relação ao meu interesse pela Literatura, eu diria para vocês o seguinte: há dois aspectos. O primeiro é uma questão de prazer, pois para mim a Literatura é a uma coisa de que eu gosto muito. Por outro lado, o texto literário para mim é o texto mais importante que nós temos. Depois de ter estudado o discurso religioso de Antônio Conselheiro, depois de ter lido todos os discursos presidenciais de 1964 a 1978, que eram uma porcaria, o meu interesse mesmo é pelo discurso literário, por duas razões. Em primeiro lugar, porque para mim a Literatura é uma forma de compreender a realidade: é uma forma de compreender a realidade que nos mostra outras realidades possíveis, porque a grande função da arte não é dizer o que existe, e sim dizer o que pode existir. Daí a função subversiva da arte, a arte nos leva para novos mundos, para novas compreensões da realidade, etc. Por outro lado, a Literatura é o lugar onde a linguagem é trabalhada em todas as suas possibilidades, levada até os seus limites e, portanto, sigo a lição de Jakobson, que, numa conferência feita na Universidade de Indiana nos EUA, disse o seguinte: “Um lingüista surdo à função poética e um estudioso da Literatura que não se ocupa da linguagem são um e outro flagrantes anacronismo”. Vocês vêem que nós temos anacronismos de monte nos nossos cursos de Letras, não é? É só isso.

PABLO – **Obrigado.**

LARISSA – **Bom dia, gostaria de lhe fazer uma pergunta referente ao livro *Conversas com lingüistas*. Neste livro, o senhor afirma que há dois aspectos realmente relevantes referentes aos desafios para a Lingüística do século XXI, que seriam a interface da Lingüística com a computação e a compreensão de como se organiza o discurso humano. Quais**

---

**seriam as correntes que trabalhariam com esses aspectos? De que forma isso seria abordado?**

FIORIN – Bom, os discursos humanos são mais fáceis porque a gente está mais acostumado a trabalhar com eles, não é? Vou me referir apenas a três correntes que estão mais perto do meu trabalho: a Semiótica francesa, a Análise do Discurso de linha francesa e a Lingüística Textual. Temos ainda a Semiótica russa, a Análise do Discurso feita na Inglaterra, que é diferente da Análise do Discurso feita na França. Todas essas correntes se preocupam com a compreensão do discurso humano. Eu disse que esse é um desafio da Lingüística, porque, na verdade, o que conhecemos do discurso é ainda pouco, perto de toda a tradição que temos de estudos de Sintaxe. Bom, a rigor, todos os aspectos da Lingüística são sempre desafiadores e sempre você vai ter coisa nova em todos os domínios. Se você tem uma visão científica da ciência, você sabe que nunca vai chegar o dia em que o conhecimento se completa, em que a ciência acaba sua construção. O que é fechado, pronto, acabado, como eu dizia antes para vocês, é o discurso religioso. Agora, acho que é melhor explicarmos o outro aspecto. Por que eu dizia que um desafio é a interface da Lingüística com a computação? Bom, o computador ocasionou uma revolução. Isso é um truísmo, é uma obviedade dizer uma coisa como essa. Todos nós que somos (bom, eu não sou só ‘pré-computador’, eu sou ‘pré-televisão’ também) *pré* - essas coisas, verificamos, de um lado, o aumento da quantidade de informações que você pode buscar com o computador, os mecanismos de busca, etc. Só que o computador, penso eu, atingiu o seu limite. Quer dizer que, agora, o que a computação pode fazer é levar o computador a trabalhar mais rápido, etc. e tal. Isso é uma questão de hardware. Por que eu digo limite? Digo que o computador atingiu o limite dentro da forma como ele opera. No entanto, há outras tarefas, por exemplo, que o computador não é capaz de fazer ou faz mal, como, por exemplo, a tradução automática. Todo mundo que já usou o tradutor automático sabe que a tradução automática é uma coisa muito ruim. E por que é muito ruim? Porque o computador não é capaz, por exemplo, de compreender ironia, ele não sabe decifrar adequadamente o contexto. Isso que a mente humana faz com muita tranqüilidade, o computador não é capaz de fazer, o que significa que, para mim, o desafio da computação será dar ao computador as habilidades do cérebro humano, o que significa dotá-lo das habilidades da

---

linguagem. Não sei se isso é possível. Gostaria de poder acreditar, aliás, que não é possível fazer isso, que o computador jamais vai entender uma ironia como nós. Mas de todo jeito, o que acho é que a linguagem do computador precisa reproduzir o funcionamento da linguagem humana. Ora, esse é um grande desafio. Existe gente trabalhando nisso na área de computação, mas eles não entendem nada de linguagem, e os lingüistas, no geral, não entendem nada de matemática e computação. Acho que esse é um desafio, um desafio grande, porque vai obrigar, de um lado, a desenvolver um conhecimento mais fino da linguagem humana, do funcionamento da linguagem humana, mas também dos sistemas de computação.

**MARLUZA – Professor, o senhor mencionou antes que existe uma estreita relação entre a Literatura e a Lingüística. O que nós gostaríamos de saber é o seguinte: se existe essa estreita relação, por que elas se mantêm tão separadas nos Cursos de Letras?**

FIORIN – Bom, a relação eu mostrei há pouco que existe. Claro que existe. Citei um texto de Jakobson em que ele fala dela. Afinal de contas, se o Jakobson disse que a relação entre elas é íntima, isso é um argumento de autoridade forte, não é? Mas não precisaria Jakobson mostrar isso, porque, como a Literatura é feita das línguas, não é possível você esquecer, em seu estudo, a Lingüística, que estuda a linguagem humana. Por outro lado, para o lingüista, também não é possível desconhecer a Literatura, dado que todas as possibilidades de linguagem, por exemplo, aparecem com muito mais intensidade na Literatura. Vocês vejam que, no meu livro *As astúcias da enunciação*, por exemplo, quase todos os exemplos de uso de uma pessoa no lugar de outra, um tempo no lugar do outro, de jogos enunciativos em geral, etc., são de textos literários. Eu encontrei uma coisa ou outra em jornais, mas a maioria dos exemplos provém de textos literários. No entanto, precisamos explicar a separação de fato existente entre esses dois campos dos estudos da linguagem. Acho que a distância entre eles se deve a uma razão histórica, se deve à constituição dos Cursos de Letras no Brasil. Bom, vocês sabem que, até a década de 30, não tivemos verdadeiras universidades no Brasil. Algumas universidades dizem que elas são da década de 10 ou de 20. Por exemplo, a Universidade Federal do Paraná (UFPR). Na verdade, de fato ela não é dessa data, porque a Universidade Federal do Paraná foi

---

criada para dar um título de *Doutor Honoris Causa* para o Rei da Bélgica, que visitava o Brasil. O Brasil não tinha nenhuma universidade, então se criou uma universidade para dar o título de *Doutor Honoris Causa* para o Rei da Bélgica. Agora, na verdade, as universidades, no Brasil, surgem na década de 30. O certo é que nós tivemos só, em meados do século XX, as universidades. Até então, a formação superior no Brasil era feita em cursos profissionalizantes, segundo o sistema das grandes escolas francesas. Então, o que tínhamos eram pouquíssimos cursos: Direito, Medicina, Engenharia - as diversas Politécnicas -, Agronomia, Farmácia e a Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. Nesta, formavam-se, além de pintores, escultores, etc., também arquitetos. Bom, na década de 30, se criou de fato a universidade, aí se cria o primeiro Curso de Letras no Brasil. O primeiro Curso de Letras no Brasil ainda em funcionamento foi o da USP e, depois, foi criado o da Universidade Nacional do Brasil, atual UFRJ, depois, o da Universidade de Minas Gerais. Então, dos que existem até hoje, os três primeiros são o da USP, o da UFRJ e o da UFMG. Bom, vamos pegar o exemplo do que foi o curso da USP para mostrar a questão de que estamos tratando. Quando a USP foi criada, seus fundadores pensaram o seguinte: era preciso modernizar o país e, portanto, para isso, iriam trazer professores da Europa. Para operar essa modernização do país, seria preciso primeiro criar uma escola onde houvesse um estudo do saber desinteressado. Então trouxeram todos os professores da Europa para criar Faculdade de Filosofia (na época, era Filosofia, Ciências e Letras). Nela, estudavam-se todas as ciências básicas. Então, tudo, Física, Química, Biologia, Letras, Geografia, História, Filosofia, tudo estava junto, não é? Bom, ocorre que essa época era a época da ascensão do Nazismo e do Fascismo na Europa. Então, os fundadores da USP tinham uma preocupação: não trazer professores que viessem pregar o Nazismo e o Fascismo aqui. Então resolveram o seguinte: só podiam vir da Alemanha e da Itália professores de Ciências Exatas e Biológicas. Os outros professores teriam que vir de onde? Da França. Bom, e aí, os nossos cursos foram criados mais ou menos à semelhança do que eram os cursos na França. Na França, qual era o objetivo de um Curso de Letras? Era estudar Literatura. O estudo de língua era sempre subsidiário para a compreensão da Literatura. Isso significa, portanto, que, por exemplo, quando você entrava num curso de línguas estrangeiras ou de línguas clássicas, você tinha que aprender instrumentalmente a língua para estudar o texto literário. Como havia muita preocupação

---

com o estudo filológico e, portanto, com os textos antigos, você aprendia, por exemplo, a língua medieval para estudar os textos medievais, para ter acesso aos textos medievais. Isso significa que o campo da Literatura passou a ser o campo privilegiado da pesquisa e que os estudos de língua ficaram marginais, o que explica, até hoje, certo desdém do pessoal da Literatura em relação às coisas de língua, que sempre foram vistas como subsidiárias. A Lingüística se implanta no Brasil, na década de 60, quando houve uma grande reformulação nos Cursos de Letras, porque, até então, de 30 a 60, os Cursos de Letras eram três, eram Letras Clássicas, Letras Neo-Latinas e Letras Anglo-Germânicas. Em Neo-Latinas, você estudava Português, Francês, Italiano e Espanhol e as respectivas Literaturas. Em Letras Clássicas, estudava Português, Grego e Latim. Em Anglo-Germânicas, estudava Português - que não é língua anglo-germânica, mas existia no curso -, Alemão e Inglês. Eram esses os cursos. Na década de 60, se reformulam os cursos, mais ou menos de acordo com a nossa atual estrutura: você faria licenciatura em Português, ou em Português e uma língua estrangeira, ou em Português e uma língua clássica e assim por diante. Bom, nessa época, se implanta a Lingüística. Durante toda a década de 60, os estudos de Lingüística foram muito incipientes, aí eu já era aluno e me lembro que se discutia muito o que é que se devia ensinar na Lingüística. Bom, para mim, tudo o que contei explica a tardia entrada da Lingüística nos cursos de Letras, explica ainda as relações difíceis do pessoal da Literatura com o da Lingüística. Agora, é preciso falar das relações dos lingüistas com os estudiosos da Literatura. Parece que nós, quando entramos, por causa dessa posição do pessoal da Literatura, como que abdicamos de qualquer estudo do texto literário. Essa não é uma função nossa, essa é uma função deles. Nós nos ocupamos da linguagem em geral, menos da Literatura. Bom, isso é preciso desaparecer. Agora, as coisas historicamente arraigadas desaparecem muito, muito lentamente. Uma vez, Einstein disse que é triste a nossa época, em que é mais fácil quebrar um átomo do que um preconceito. É isso. (risos)

**DANIELA – No seu artigo *Para uma História dos Manuais de Português: Pontos para uma Reflexão*, o senhor apresenta duas concepções de manuais: o primeiro deles seria a antologia e o segundo, a exposição de um sistema gerativo. Gostaria de compreender melhor cada uma dessas concepções, bem como**



---

**entender a importância dessa divisão, dentro do ou para o estudo da história das idéias lingüísticas.**

FIORIN – Bom, eu vou pegar dois exemplos de manual para deixar mais claro isso. Vocês leram tudo que eu escrevi? (risos) Vou pegar, por exemplo, um manual de quando eu era aluno. Isso faz tempo, porque já vou fazer daqui uns dias quarenta anos de magistério, não é? Comecei a dar aula em 1967, quando nenhum de vocês tinha sequer nascido. Bom, quando eu estudei, o manual de Português se chamava *Antologia Nacional*. E o que era *Antologia Nacional*? *Antologia Nacional*, de Fausto Barreto e Carlos de Laet. Bom, o que era a *Antologia Nacional*? Ela era basicamente uma coletânea de textos dos grandes autores de língua portuguesa. E o que era a aula de Português? Não havia nada de exercício na *Antologia Nacional*, não havia nada assim, roteiro para compreender o texto, questionário, não havia nada disso. Havia os textos dos autores e algumas notas explicativas sobre vocabulário, etc. O importante eram os textos. Começava-se com textos mais modernos e depois ia-se para os textos mais antigos: era para a gente estudar toda a história da língua a partir do conjunto de textos da *Antologia*. Existia, também, um outro livro famoso nessa época, era o *Florilégio Nacional*, que era mais ou menos do mesmo tipo. Bom, veja, o manual didático, portanto, era um conjunto de textos. Como o professor trabalhava esses textos? Ele é que fazia algumas questões sobre o texto, o professor preparava os exercícios gramaticais a partir do texto. Por exemplo, eu me lembro que em um dos exames finais... É preciso explicar que não havia essa história de você ser dispensado do exame, todo mundo tinha que fazer o exame parcial e o exame final. Você tinha seis notas mensais: em março, abril e maio, agosto, setembro e outubro; em junho, você tinha um exame parcial; no começo de dezembro, havia o exame final, com um prova escrita e uma prova oral. Quando eu estava no 2º ano do ginásio, que corresponde à atual 6ª série, na prova escrita do final, o professor chegou - como não havia xerox, essas coisas, os professores ditavam as coisas na classe - o professor chegou e ditou para a gente um texto que é muito conhecido, *A prece*, de *O Guarani*, de José de Alencar: “A tarde ia morrendo. O sol declinava no horizonte e deitava-se sobre as grandes florestas, que iluminava com os seus últimos raios...” Aí vai, não é? Bom, o texto era longo e aí a única questão da prova era: faça a análise sintática completa do texto, de tudo, do texto inteiro. Passamos horas fazendo a análise

---

sintática, escrevendo. Então, vejamos, a explicação dos fatos lingüísticos era uma explicação assistemática, como o texto ia sugerindo. O texto era um modelo do que um aluno devia fazer. O que os grandes escritores escreveram era o modelo para nós, era o modelo daquilo que a gente devia fazer. Então, o ideal era que você imitasse Vieira, era que você imitasse o Bernardes, eram esses os modelos de escritura que você tinha. Você tinha um caderno de redação, toda semana você fazia uma redação. O professor levava para casa aquele monte de cadernos e riscava tudo 'direitinho', sugeria alternativas para a gente, etc. Era assim que a gente aprendia. O outro tipo de manual é aquele que, ao invés de partir dos textos apresentados como modelo e de estudar assistematicamente a língua, vai explicar o sistema da língua. Hoje toda a nossa tentativa é, na verdade, de fazer uma coisa dessas. Você pega um texto e mostra para o aluno que existe um processo metafórico de construção de texto, por exemplo; você pega e explica para ele como é que se organiza um período composto e, a partir daí, o aluno vai compreender o sistema e vai aprender como que organiza a frase, o texto, sei lá mais o quê. Ora, os dois sistemas têm algumas vantagens e algumas desvantagens, mas eu penso que esse segundo sistema é o sistema que achamos ideal hoje. Os meus livros, seja *As astúcias da enunciação*, seja o *Para entender o texto*, seja o *Lições de Texto*, seja um outro, que é pouco conhecido, um livro que eu fiz para o Itamarati e que se usa no Instituto Rio Branco na formação de diplomatas, são livros do segundo tipo, o que quer dizer que sempre parto do texto, mas para explicar algum aspecto da organização do texto ou da organização da língua, etc. E a partir daí, derivam-se exercícios; não se apresenta o texto como uma coisa modelar. O que eu quero é que o aluno tome consciência dos mecanismos de organização do texto ou da língua.

**TAÍS – Gostaríamos que o senhor falasse sobre o seu trabalho no Conselho Superior do CNPq e o que significa, para o senhor, ser a primeira pessoa a representar a área de Letras e Lingüística nesse Conselho.**

FIORIN – Inicialmente, algumas correções. Primeiro, eu não fui a primeira, eu fui a segunda pessoa da área de Letras e Lingüística a participar desse Conselho. A primeira pessoa da área de Lingüística a ter assento nele foi o professor Carlos Vogt, que foi Reitor da UNICAMP. Em segundo lugar, lá não representávamos a área de

---

Letras e Lingüística, mas a comunidade científica. Em terceiro, o Conselho não se chama Conselho Superior, mas Conselho Deliberativo. Quando o Vogt ainda estava no Conselho Superior, eu fui nomeado membro dele. Nessa época até, uma funcionária do CNPq, uma alta funcionária, um dia me encontrou e disse: “Eu queria muito conhecer o senhor, porque o senhor deve ser uma pessoa muito influente, porque a única vez que houve duas pessoas da mesma área no Conselho Deliberativo foram dois de Física.” E aí disse para mim: “Bom, mas Física é Física, não é?” (risos) Letras não é tão importante como Física, esse era o implícito. O que eu achei de participar do Conselho Deliberativo? Na verdade, eu diria para vocês o seguinte: eu achei um pouco decepcionante o trabalho no Conselho Deliberativo, porque... Como é que o Conselho é formado? Além do presidente e do vice-presidente do CNPq, são dois representantes de Ciências Humanas, dois de Biológicas, dois de Exatas, dois da área de Tecnologia e quatro representantes, digamos, das ‘classes produtoras’, porque há um representante da agricultura, um do comércio, um da indústria e um das associações, digamos, de desenvolvimento tecnológico, que não são acadêmicas, mas ligadas à produção. O Conselho Deliberativo deveria discutir os programas do CNPq e aprová-los, coisas do tipo assim: vai haver concessão de bolsas para Doutorado no exterior; não vai haver mais concessão de bolsas para Doutorado pleno no exterior; vamos alocar o dinheiro gasto nesse programa em outro; o CNPq vai financiar o projeto de pesquisa na Antártida; e assim por diante. Deveria discutir e aprovar o orçamento do CNPq, etc. e tal. Tudo isso, teoricamente. Na prática, eu diria que o Conselho funciona muito na base do *ad referendum*: a diretoria decide uma coisa; implementa um programa e envia para o Conselho referendar. Isso, uma coisa. Uma segunda coisa que eu diria é o seguinte: na verdade, não existe, ainda, embora esteja começando, um entendimento muito claro das necessidades das Ciências Humanas para a pesquisa, por um lado, porque nossa pesquisa é muito barata. Se você pensar que, vamos supor, se precisa de um gravador para fazer entrevistas, um gravador, que, antigamente, era muito caro, hoje se compra por qualquer coisa. Bom, um gravador não custa nada perto de um microscópio eletrônico, por exemplo, que custa mais de um milhão de reais cada um, não é? Com uns dois ou três milhões, só para vocês terem uma idéia da proporção, se conseguiu, e isso eu acho que é uma glória que se deve à atual diretoria do CNPq, um edital para financiamento da pesquisa na área

---

de Ciências Humanas. No ano passado, houve um edital específico para Ciências Humanas, no qual as Biológicas e as Exatas não podiam concorrer, esse edital previa uma verba três milhões de reais. Vejam a proporção do preço de um microscópio eletrônico com as verbas para a área de Ciências Humanas no Brasil inteiro. Bom, nossa pesquisa é mais barata sim. Os outros precisam de mais verbas do que nós. Mas, por outro lado, acho que às vezes não se tem muita noção de nossas necessidades, por exemplo, os livros são nossos insumos; as bibliotecas, nossos laboratórios. Mas, no último edital, não se podia comprar livros. Então parece que não há uma compreensão muito clara das necessidades das Ciências Humanas. E, às vezes, discutem-se coisas sem levar em conta a contribuição das Ciências Humanas. Outro dia, discutia-se, numa reunião, a questão da necessidade da inovação tecnológica para o Brasil poder competir nos mercados internacionais, o que, aliás, é uma coisa extremamente importante, não podemos negar isso, pois a inovação implica competição no mercado internacional, geração de emprego, todas essas coisas. Mas aí se falava das prioridades do país. Certa hora, pergunto assim: “Mas e a arte? Não vai haver arte nesse projeto?” Uma incompreensão total! Aí eu digo assim: “Um projeto em desenvolvimento que não se preocupa com a arte vai dar no que deram o Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, etc., as periferias das grandes cidades, com a violência monstruosa que apresentam”. Eu diria o seguinte: a experiência no Conselho foi, de certa forma, frustrante, porque a maior parte das discussões passa ao largo das Ciências Humanas, embora essa diretoria tenha feito um esforço... Não só essa, pois esse esforço já vem de algum tempo, um esforço para a compreensão das necessidades das Ciências Humanas, mas estamos ainda muito longe dessa compreensão. Agora, por outro lado, foi uma experiência extremamente rica, porque você discutir questões como as prioridades para o financiamento da inovação tecnológica no Brasil, conhecer o que as outras áreas pensam das prioridades para o país, conhecer a cultura das outras áreas, interagir com elas, tudo isso, acho que foi uma coisa importante. Eu termino agora, no dia 24, meu mandato. Não posso mais ser reconduzido, pois já fui reconduzido todas as vezes que podia ser. Então, agora, eu saio. O outro representante das Ciências Humanas atualmente é o professor Ruben Oliven, da área de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Vai ser escolhido um outro que vai me substituir, mas não há nenhum de Letras na lista tríplice, da qual o

---

ministro vai escolher meu substituto. Há um de Ciência Política e dois de Sociologia na lista. Agora vamos ver quem o ministro vai escolher.

**CRISTINA – Pelo que eu estudei, no seu livro *As astúcias da enunciação*, no primeiro capítulo, é abordada, entre outras coisas, a questão da atividade discursiva. O falante, ao produzir um enunciado, levaria em conta um ‘código deontológico’. Eu gostaria de saber, principalmente nas redações de vestibular, nas quais não era permitido antes o uso do pronome ‘eu’, e hoje ocorre o contrário... Eu gostaria que o senhor abordasse como a banca, no caso, avaliaria isso.**

FIORIN – É interessante essa história do uso das pessoas. Ontem mesmo falei sobre isso na minha conferência, isso diz respeito aos efeitos de sentido que se deseja produzir. Veja, na verdade, essa história diz respeito aos gêneros de texto que eu estou utilizando. Por exemplo, é impossível, se eu for fazer uma poesia lírica, não usar o *eu*. Da mesma forma - como diria? -, um jornalista, quando escreve uma reportagem, não pode usar o *eu*. Não é que não pode, porque existe uma lei que determina que não pode, é por causa do efeito de sentido que o jornalista está pretendendo criar. O jornal se baseia fundamentalmente no mito da objetividade e da neutralidade. Ora, fundamentando-se nesse mito, ele não pode usar o *eu*. Agora, os gêneros são uma questão interessante. Bakhtin dizia que havia três coisas que definiam o gênero. Bakhtin tinha muita preocupação com o gênero porque sempre falamos por meio de gêneros e a socialização lingüística implica o aprendizado do gênero. Por exemplo, você aprende como é que você bate-papo com um amigo, você aprende as coisas que você diz para seu pai e para sua mãe, você aprende o que é uma notícia, o que é um editorial... Para Bakhtin, havia três aspectos que definiam o gênero: uma temática, uma estrutura composicional e um estilo. A temática, para ele, não era o assunto, era a esfera de sentidos que você podia ter num gênero. Por exemplo, num bate-papo com um amigo, eu tenho todos os assuntos, principalmente, fatos da minha vida e, às vezes, conforme o grau de amizade, até da minha vida mais íntima. Às vezes, você conversa com amigos o que você não conversa com o pai e com a mãe. Isso seria a temática. No discurso religioso, por exemplo, na oração, você pede ou agradece. O agradecimento ou a

---

súplica a Deus e aos santos constituem a temática da oração. Agora, o que você está agradecendo especificamente, esse é o assunto. A estrutura composicional é a organização do texto. Por exemplo, uma carta precisa ter uma ancoragem para a compreensão dos dêiticos, por isso, você precisa pôr o local e a data, o nome da pessoa a quem se dirige, a assinatura, que é para você entender quem é *eu*, onde é o *aqui* de onde você está falando, etc. E, finalmente, o estilo: em certos gêneros, você deve usar a norma culta; entre amigos, às vezes, você tem conversas que as pessoas, em outras circunstâncias, julgariam xingamento, e entre amigos não, um diz para o outro certas coisas que, na verdade, não são xingamento, mas demonstram o grau de intimidade que eles têm. Isso é o estilo. Os gêneros variam. Por exemplo, o discurso científico, antigamente, não admitia, em hipótese alguma, a utilização do *eu*, porque se tinha a idéia clara de que a ciência era objetiva, neutra, imparcial, etc. Portanto, você não podia pôr o *eu* num texto científico, você tinha que usar terceira pessoa, as formas impessoais, quando muito o *nós*. As formas impessoais, por quê? Porque criava o efeito de sentido de todas essas coisas mencionadas. De repente, começou-se a questionar a ciência, não é bem assim essa história de neutralidade, imparcialidade, objetividade. Nesse momento, esse uso da impessoalidade vai perder força e agora você vê, em dissertações, em teses, etc., as pessoas usando *eu*. Isso é a mudança histórica dos gêneros em função das idéias que geram os efeitos de sentido que se quer produzir. Quer dizer, à medida em que vai mudando a concepção de ciência, vão mudando também os gêneros de exposição científica. Agora, em alguns gêneros, não houve mudança nenhuma. Por exemplo, no noticiário de um jornal, jamais aparece o *eu*, por quê? O jornalismo ainda se sustenta nos efeitos de sentido de objetividade. É curioso que, por exemplo, a *Veja*, um tempo atrás, publicou uma notícia sobre o Brizola, antes de ele morrer. Tudo o que a *Veja* narrava era sem nenhum *eu*. Só que o que o texto dizia era que o Brizola era corrupto. Dizia não, insinuava, pois dizia coisas assim: “O governador Leonel Brizola é um fato raro entre os brasileiros. Ele aliou, em sua vida, uma dedicação integral à política, à construção de um grande patrimônio”. Ora, você está subentendendo, você está insinuando que, enquanto ele se dedicou à política, ele roubou. O Brizola podia ser criticado por muitas coisas, mas todo mundo que conhece minimamente sua história sabe que o Brizola herdou uma fortuna quando se casou, pois a mulher dele era uma mulher rica.

---

Bom, mas a revista *Veja* era desafeta notória do Brizola e, por isso, vai insinuando certas coisas, com determinadas construções. O discurso jornalístico não é objetivo, ele produz efeitos de sentido de objetividade. Não existe discurso objetivo, porque não existe um discurso em que o sujeito não esteja implicado. Aí, é por causa desses efeitos de sentido que eu vou criando que as escolhas são feitas. Quando digo escolhas, não estou dizendo que elas sejam conscientes, a maior parte dessas escolhas são inconscientes, tá?

**PABLO – Professor, partindo do texto *Teoria dos signos*, gostaria de saber quais são as fronteiras entre os campos denotativo e conotativo?**

FIORIN – Sabe que as fronteiras às vezes são muito difíceis de precisar. Na verdade, se eu penso o seguinte: a denotação, e aí eu estou seguindo a tradição hjelmsleviana e barthesiana, de Hjelmslev e de Barthes, a denotação é uma relação de uma expressão com um conteúdo. Por exemplo, se eu digo - é o exemplo que dou no livro – ‘olho de gato’, ‘olho’ significa globo colocado na parte anterior da face, que serve de órgão de visão; ‘gato’ quer dizer mamífero doméstico, da família dos felinos. Isso é um signo denotado. Quando se acrescenta um segundo significado a esse primeiro, tem-se o signo conotado. No entanto, eu não sei se ficou claro, então no texto eu vou mostrando que essa história de conotação não é uma questão de palavra isolada, é uma questão que está no interior do discurso. É no interior do discurso que eu perceberei essa fronteira, quer dizer, se existe uma conotação, ou seja, mais de um plano de leitura possível. Veja, na palavra isolada, é muito difícil você determinar o que é conotação e denotação, porque, por exemplo, você pode mostrar que o que é visto como denotado hoje é conotado do ponto de vista da história da língua. Se você recuperar a história da língua, você vai ver que todas as palavras que parecem denotadas são conotadas. Vamos pegar um exemplo: a palavra ‘argumento’. Em Latim, existia a palavra *argumentum*, que significa comprovação. Mas se você voltar mais atrás, na direção do Indo-Europeu, você vai ver que a raiz, *argu-*, significa fazer brilhar, cintilar. É a mesma raiz que existe na palavra ‘Argentina’, nome que provém do Rio da Prata, que existe em *argentum*, que em latim é ‘prata’, ou seja, metal brilhante, é a palavra que dá símbolo químico Ag. É a mesma raiz que existe na palavra *argent*, do francês, que quer dizer dinheiro; é a mesma raiz que existe nas palavras ‘arguto’ e ‘argúcia’,

---

que querem dizer, respectivamente, aquele que tem a mente brilhante e a qualidade do brilho da mente. Tudo isso significa que, inicialmente, *argumentum* era o que fazia cintilar uma idéia, que a fazia brilhar. Então, é óbvio que seu valor era conotativo; depois esquecemos a conotação e o termo virou denotado. Isso é um processo histórico, a conotação e a denotação, não existe um limite preciso. Enfim, se eu pegar os processos da língua, vou verificar que os conotados se transformam em denotados, e os denotados em conotados. Então tenho que entender isso como um processo discursivo. É no discurso que tenho abertura para novas significações, então é nele que tenho a conotação e que tenho a denotação.

**JUCIELE – Professor, eu queria propor uma questão formulada a partir dos textos *Temps: entre la langue et le discours* e *De gustibus non est disputandum? Para uma definição semiótica do gosto*. Questionamo-nos a respeito da fidelidade da tradução. O que seria, para o senhor, uma tradução fiel, se é que ela existe?**

FIORIN – Não, a tradução é uma leitura que o leitor faz do texto. Não existe um discurso que não tenha a marca do enunciador e, portanto, a tradução é sempre uma leitura que o tradutor faz do texto. Porque, vejam, só pode acreditar na fidelidade da tradução quem acreditar que a língua seja absolutamente transparente, que não faz nenhuma diferença eu usar esta ou aquela palavra, este ou aquele sinônimo, etc. Mas faz diferença. Tenho um orientando que está fazendo um trabalho sobre as vozes no *Ulisses*, de James Joyce. Principalmente, o que ele está estudando é que, em Joyce, não há um centro narrativo. E ele, que é professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), resolveu que ia fazer uma tradução do livro. Bom, vocês conhecem, primeiro, o tamanho do *Ulisses*; segundo, a dificuldade que é traduzi-lo, porque são usados, ao longo do texto, níveis diferentes de língua, inglês mais arcaico, inglês moderno, o que era falado na Irlanda, etc. Bom, a tradução do Antônio Houaiss era a tradução que tínhamos em português. A de meu orientando é diferente e é diferente porque ele respeita os níveis de língua usados por Joyce: onde, por exemplo, o Houaiss diz “aquele prostituto”, ele diz “michê”. Há diferença entre usar ‘michê’ e usar ‘prostituto’. Então, sempre a tradução é uma leitura. Agora, uma



---

tradução boa é uma leitura dentre as leituras possíveis, porque existe leitura errada também, claro. Li esses dias um livro, traduzido do inglês, e aí apareceu no meio a expressão 'General Strike'. Achei estranho esse 'General Strike' aparecer assim no meio... De repente, me dei conta de que era *general strike*, que significa greve geral, não tem nada a ver com um dado 'General Strike', está certo? Então, é isso. (risos)

**ALINE – Eu gostaria de saber com que concepção de sujeito o senhor trabalha?**

FIORIN – (suspiro) Bom, essa é difícil, eu suspirei porque essa questão é difícil. Olhe, eu penso que, na verdade, o sujeito do discurso é um sujeito social. Ocorre que, ultimamente, estou interessado é na imagem do sujeito que o discurso cria. Ontem ficou muito claro isso, não é? Quer dizer, durante certo tempo, estive interessado na questão das coerções ideológicas e, ao pensar nas coerções ideológicas, estava pensando nesse sujeito social, que representa uma posição social. O sujeito é uma posição social. Bem, ultimamente estou interessado na questão das imagens criadas pelo discurso. Claro, essas imagens são sociais. Quando ontem eu falava, por exemplo, da imagem que o 'Ratinho' cria, eu dizia: é o papel masculino tradicional. Quando digo é o papel masculino tradicional, estou pensando na realidade social. Mas estou menos interessado nesse sujeito que, enquanto papel social, seria a fonte do discurso, e mais nessa imagem que se produz no discurso. Mas isso não ajudou muito a pensar na concepção de sujeito, não é? (risos)

**ALINE – Porque é uma coisa complicada, não é?**

FIORIN – É.

**MICHELE – Professor, se eu não estou enganada, o senhor fez seu Pós-doutorado na Romênia, não foi?**

FIORIN – É, um dos dois.

**MICHELE – Eu gostaria de saber como foi esse contato com a língua romena, como foi fazer o trabalho lá?**

---

FIORIN – Bom, é preciso inicialmente dizer que, por um tempo, fui professor de Filologia Românica. Não sei como é dada essa disciplina aqui, mas, em geral, costuma ser uma coisa muito desinteressante para os alunos, por várias razões. Bom, uma coisa que a gente achava era o seguinte: no geral, os professores de Filologia Românica ou Lingüística Românica, como eu prefiro chamar, dão exemplos do português, do espanhol, do italiano e do francês. O romeno é quase desconhecido. Aí eu tive um convite para ir para a Universidade de Bucareste para ensinar português durante um ano, dar aula para o Curso de Português. E aí então eu disse: “Vou aproveitar e vou fazer romeno”. E então eu fiz primeiro um curso intensivo de romeno, numa cidade encantadora nos Cárpatos, que se chama Sinaia, que era a cidade onde os reis da Romênia tinham um castelo onde passavam o verão. Isso porque, em Bucareste, faz um calor extraordinário no verão e um frio inimaginável no inverno, as oscilações são entre menos 30 no inverno e 43 no verão. E aí os reis iam para essa cidade, Sinaia, onde se dá um curso de língua durante as férias. Depois que fiz esse curso, voltei para Bucareste, onde dava aula de português e, ao mesmo tempo, fazia romeno: fiz Sintaxe, Morfologia, Literatura Romena, História da Língua, Fonologia, Semântica e Lexicologia. Bom, foi uma coisa extremamente interessante, por dois aspectos, minha estada na Romênia: primeiro, pelo contato com um país que tinha acabado de sair do período que eles diziam comunista. Na verdade, esse país não era comunista, ele era uma ditadura de um clã familiar, que eram os Ceaucescu. Fui logo depois que o Ceaucescu foi fuzilado com sua mulher, Elena. Então foi muito interessante viver em um país desse jeito. E o segundo foi o contato com a língua. É interessante como a gente, ao estudar as línguas estrangeiras, observa que as línguas são constituídas no processo histórico mesmo. Essa história de que se tem um sistema que vai se reproduzindo assim, acima da história, isso eu não existe. Por exemplo, em romeno, há duas palavras para significar ‘trabalhar’: *a lucra* e *a munci*. ‘A’, em romeno, é separado do verbo; é a marca do infinitivo, o ‘a’ é igual ao *to* do inglês. Você tem, então, *a lucra* e *a munci*. Esses dois termos surgiram em regiões diferentes no país, agora os dois estão na língua. *Lucra* apareceu na região em que havia trabalho livre, em que as pessoas recebiam salário para trabalhar, então vem do verbo *lucrare*, do latim, que deu o nosso ‘lucrar’: lucrar-trabalhar, produzir um benefício para si. E *munci*

---

surgiu na região onde o trabalho era o trabalho servil. *Munca* é uma palavra eslava, que significa tortura. Então, onde havia o trabalho livre era ‘trabalhar’, era a *a lucra* e o substantivo era *lucrare*. É gozado, porque, por exemplo, você vai dizer ‘trabalho forçado’... No campo de concentração, por exemplo, você não pode dizer *lucrare silnica*, trabalho forçado nunca pode ser *lucrare*, tem que ser *munca*. E depois, o romeno é uma língua isolada no contínuo da latinidade. No Mar Adriático, de um lado, é a Itália, do outro, é a Croácia. Na Croácia, havia uma outra língua românica que era falada, mas só na costa do Mar Adriático, que era o dalmático. Depois você tem a Bósnia, a Sérvia, a Hungria, a Albânia, e o romeno está isolado lá. Bom, o romeno é uma língua extremamente curiosa, porque é uma língua latina, sem dúvida nenhuma, mas manteve coisas que as outras não mantiveram, por exemplo, os casos morfológicos. Ao mesmo tempo, ela sofreu, de um lado, a influência das línguas eslavas: vinte e tanto por cento do vocabulário é eslavo. Depois, ela foi dominada pelo Império Otomano, a Turquia, o que significa, portanto, que você tem um número muito grande de palavras turcas no léxico romeno, às vezes para expressar aspectos do cotidiano. Por exemplo, tabaco, em romeno é *tutun*, que é uma palavra turca. Em turco é *tütün*. Em todos os outros países da Europa, a palavra é parecida. Em romeno não é. Há também uma influência muito forte da Hungria, país com que eles não se dão muito bem, evidentemente, mas cuja língua emprestou muitos termos para o romeno. Então foi um período muito interessante por todos esses aspectos.

**ALINE – Eu tenho uma última questão. No seu artigo *Categorias da enunciação e efeitos de sentido*, o senhor fala sobre os mecanismos de embreagem e debreagem. Eu queria que o senhor falasse um pouco mais sobre os efeitos de sentido que esses mecanismos produzem.**

FIORIN – Bom, primeiro, as debreagens são de dois tipos: ou é a projeção no enunciado do *eu*, do *aqui* e do *agora*, ou seja, dos actantes da enunciação, dos espaços da enunciação e do tempo da enunciação, ou é a retirada das marcas da enunciação e é como se os fatos se contassem a si mesmos. Então, basicamente, no primeiro tipo de debreagem você tem um efeito de subjetividade e, no segundo, de objetividade, de realidade, de verdade. São efeitos

---

de sentido. Agora, acho que é mais interessante a questão das embreagens, procedimento pelo qual você usa um tempo no lugar de outro, um espaço no lugar de outro ou uma pessoa no lugar de outra. E aí os efeitos de sentido são inúmeros. Eu vou dar alguns exemplos. Quando o Maluf foi eleito prefeito de São Paulo, há doze anos, convidou para ser Secretário da Cultura um indivíduo que se chama Rodolfo Konder, que era âncora de um jornal da TV Cultura de São Paulo, e aí aceitou. Isso causou uma consternação muito grande na esquerda, porque ele era um líder do Partido Comunista Brasileiro, o antigo PCB, que de repente aceitou se aliar com o Maluf. Na época, ficamos escandalizados, agora, nem ficaríamos tanto. (risos) Bom, mas na época nós ficamos escandalizados. Aí, uma pessoa, um jornalista, foi perguntar para ele por quê. Esse jornalista faz a seguinte pergunta, vejam que coisa curiosa: “Por que o senhor aceitou ser Secretário da Cultura logo no governo do Maluf, que tem uma ideologia contrária à sua?” E aí o cara parou e fez a seguinte observação: “É bem verdade que o senhor pertencia à ala mais moderada do PCB. Dizem mesmo que, quando o senhor era âncora da TV Cultura, o senhor teria colocado panos quentes no apartheid da África do Sul.” Por que ‘teria colocado’ e não ‘colocou’? É um fato passado, então tenho que usar o pretérito perfeito. Por que ‘teria colocado’, ou seja, por que projetar o acontecimento no futuro do pretérito? Projetou-se no futuro do pretérito porque quando se põe o futuro do pretérito no lugar do passado, cria-se um efeito de sentido de irrealidade, de incerteza, a respeito da informação. Os efeitos de sentido da embreagem são inúmeros. Por exemplo, quando a mãe leva o filho no supermercado e a criança começa a mexer em tudo, derrubar coisas, ela pega e diz: “A mamãe não quer que você faça isso”. A mamãe aí significa *eu*: eu não quero que você faça isso. É a mamãe que está falando. Então por que a mamãe? Porque se tem que pôr em relevo o papel em detrimento da subjetividade. O Papa, por exemplo, fala assim: “O Papa deseja saudar os brasileiros”. O Presidente da República, os jogadores de futebol falam assim. Pelé, por exemplo, diz “o Pelé isso, o Pelé aquilo, o Pelé aquele outro”, etc. Uma vez, eu vi uma coisa interessante. Um jogador que se chama Viola, que atualmente joga no Guarani, em Campinas, estava sendo entrevistado. Ele dizia “o Viola isso, o Viola marcou um gol, o Viola não sei o quê”. A jornalista que o estava entrevistando disse assim: “Viola, por que você fala na terceira pessoa e não na primeira?” Bom, ele parou, porque certamente não sabia o que era terceira pessoa, primeira pessoa.

---

Mas ela não o deixou muito embaraçado, ela disse: “Por que você diz ‘o Viola’, e não ‘eu’?” Ele disse assim: “Porque Viola é uma coisa que aparece de cem em cem anos”. Veja, tirante o cabotinismo dele de achar que era o Pelé, ele não deixou de apreender intuitivamente o efeito de sentido: Viola era o jogador, era uma entidade pública, era uma *personna*, não era uma pessoa física, um indivíduo. Aliás, foi o que César fez no *De Belo Gallico*, não é? Você não tem lá “eu mandei fazer isso”, tem “César fez isso, César fez aquilo”. Por quê? César tinha uma dimensão política, era o Estado romano que falava pela boca de César, quando ele dizia “César fez isso, César fez aquilo”. Não era “eu fiz isso, eu como pessoa fiz isso”, não. É o imperador romano que fez, quando ele dizia “César fez isso, César fez aquilo”. Tanto que, depois, todos os imperadores passaram a se chamar César, palavra que deu kaiser em alemão, czar em russo, etc., para designar o imperador. Esses efeitos de sentido são muito, muito interessantes. Mais um exemplo só. Você tem, no soneto *Sete anos pastor*, de Camões, um caso interessante. Esse é um exemplo que eu dou no meu livro. Bom, a história narrada no soneto todo mundo sabe. É história de Jacó e Raquel, que é uma história da Bíblia. Jacó queria se casar com Raquel e foi falar com o pai dela. O pai disse: “Se você trabalhar sete anos para mim, você se casa com ela”. Aí, ao final de sete anos, Jacó foi cobrar a promessa, e o pai de Raquel disse: “Não, você vai casar-se com Lia, que era mais velha, que era feia”, etc. Jacó respondeu: “Não vou casar com Lia, estou apaixonado por Raquel”. “Bom, então você precisa trabalhar mais sete anos para mim”. É isso que conta o soneto. E o último terceto é assim: “Começa a servir outros sete anos, / Dizendo: - Mais servira se não fora/ Para tão longo amor, tão curta a vida.” Bom, o ‘fora’, no lugar de ‘fosse’ é um problema de modo, não de tempo, então vou deixar de lado. Mas o ‘servira’, veja. Se estou contando uma história no passado e a personagem vai dizer que vai servir, portanto, referindo-se a um fato futuro em relação a um marco temporal passado, tenho que usar o futuro do pretérito. É, portanto, ‘mais serviria se não fosse para tão longo amor, tão curta a vida’. Mas ele não usa o futuro do pretérito, usa o pretérito mais que perfeito, portanto, a anterioridade do passado, o acabado do passado. Jacó dá como feito o que ele ainda está começando a fazer, que é servir sete anos. O poeta concentra, no uso dessa forma verbal, todo o amor de Jacó por Raquel. Porque ele está tão certo de que vai, por amor a ela, servir outros sete anos que ele já dá como encerrado aquilo que ainda não está começado. Então ele diz: “Mais servira se

---

não fora/ Para tão longo amor, tão curta a vida.” Sobre esses efeitos de sentido, deixe-me contar mais uma ‘historinha’ para vocês, se vocês ainda têm paciência. Eu, uma vez, fui ao banco onde eu tenho conta buscar um talão de cheques. Cheguei lá, era um dia em que não havia ninguém, cheguei ao caixa e disse: “Por favor, eu queria um talão de cheques”. O caixa encostou o braço cruzado no balcão e ficou olhando para mim. Digo: “Que será que é?” Bom, mas eu não sou muito paciente e disse: “Escute, você acha que eu tenho tempo para ficar aqui o dia todo?” Ele disse: “Não, estou esperando o senhor dizer o que quer”. Eu disse: “Mas eu já disse, eu queria um talão de cheques”. Aí ele disse: “Bom, se o senhor queria, o senhor não quer mais”. Aí eu disse: “Pegue o talão de cheques e eu vou lhe dizer uma coisinha”. Ele pegou o talão de cheques e eu expliquei a ele todo o sistema verbal do português, depois o que era embreagem, quando se podia usar um tempo no lugar de outro, etc. e tal. Aí disse para ele: “Olhe, ‘queria’ é o chamado imperfeito de polidez”. Que é o imperfeito de polidez? Quando você chega para uma pessoa e usa o presente e diz “eu quero”, isso tem um tom, não de pedido, de ordem. Para amenizar, você pode fazer duas coisas: ou você usa o imperfeito, ou você usa o futuro do pretérito. Esse imperfeito no lugar do presente é chamado imperfeito de polidez, como tem o futuro do pretérito de polidez. Então você joga o pedido para passado ou para futuro, no caso um futuro do passado e, assim, desmaterializa o tom de ordem que a frase teria. Por isso é chamado imperfeito de polidez. Eu expliquei tudo isso para ele e ele disse: “Eu fui brincar com a pessoa errada”. (risos)

**MICHELE – Professor, o senhor tem paciência para responder mais uma pergunta?**

FIORIN – Tenho.

**MICHELE – É uma pergunta minha, em relação ao estatuto da Semiótica e da Semiologia. É um problema de designação? Afinal, Semiótica me parece que foi uma designação de Pierce e a Semiologia seria do Saussure. E o Saussure diz, ele não, seus alunos é que dizem que ele disse que a Semiologia seria uma ciência que estudaria a vida dos signos na sociedade. Nela, estariam os signos não lingüísticos também. E como é que é essa relação, Semiótica, Lingüística e...**

---

FIORIN – Bom, vamos esquecer a Semiótica de Pierce que, fora o nome, não teve nenhuma influência na Semiótica francesa. A Semiótica francesa procurou seguir a lição saussuriana. Saussure tinha pensado assim: eu terei a Lingüística, que estudará o sistema lingüístico, depois terei uma outra ciência, da qual a Lingüística fará parte, que será a Semiologia, que estudará a vida dos signos no interior da vida social. Ela fará parte do que ele chamou a Psicologia Social, e a Psicologia Social, da Psicologia Geral. Era essa a hierarquia. Bom, a história da Psicologia vamos deixar de lado. A sugestão de constituir a Semiologia ficou lá no *Curso de Lingüística Geral* e não teve conseqüência durante muito tempo. Mas, mais adiante, se começa a verificar que era possível estudar os signos de outras linguagens. Então, por exemplo, Mounin estudou os brasões, a heráldica, a linguagem dos brasões, mostrando quais são os signos que se usam nessa linguagem dos brasões. Estuda-se a linguagem da matemática, a linguagem da química, etc., quais eram os elementos, os signos de outras linguagens. Seguindo a tradição saussuriana, a Lingüística seria parte da Semiologia, Semiologia seria o estudo os signos. Bom, cedo se descobre uma coisa importante. Primeiro, que o estudo dos signos, considerados nos limites das palavras, era uma coisa extremamente limitada, porque, na verdade, a significação não estava nas palavras, estava nas palavras constituindo textos. Por outro lado, se verifica que as outras linguagens não são assim passíveis de redução a signos mínimos, como é a linguagem verbal, em que nós temos mecanismos muito precisos para depreender morfemas, os lexemas ou os gramemas. Quer dizer, não era fácil achar signos mínimos nas outras linguagens. Por exemplo, se eu pego um filme, o que é o signo mínimo mesmo? Era uma dificuldade insolúvel pensar que houvesse, em todas as linguagens, um código organizado da mesma maneira que as línguas naturais. Por isso, a Semiologia deu resultados em sistemas extremamente restritos, como a heráldica. Mas, cada vez mais, estávamos diante de sistemas complexos e hipercomplexos. Então, o que faz Greimas? Desloca a questão. Ele diz assim: “Bom, em vez de pensar que a Semiologia vai estudar os sistemas de signos, ela deve estudar os textos”, quer dizer, o que ela vai estudar é a significação produzida nos diferentes textos. Aí pode ser um filme, pode ser uma escultura, pode ser uma pintura, etc. Como se vê, ele desloca a noção de totalidade saussuriana, do conjunto dos signos para o texto. Ele dá a este estudo da forma do

---

conteúdo manifestado no texto o nome de Semiótica e aí ela se distingue da Semiologia. Enquanto a Semiologia estuda os signos, os sistemas de signos, a Semiótica se preocupa com a significação, com os processos de produção e de interpretação dos textos. A primeira tarefa que ele se deu foi estudar os mecanismos internos, produtores de sentido. Greimas em momento nenhum negou o fato de que o texto, a linguagem, sofre determinações sociais. Ele apenas, no primeiro momento, disse: “O que nós estamos preocupados em fazer é estudar os mecanismos internos de organização do texto, de organização do discurso”. A estrutura narrativa foi a primeira coisa sobre que ele se debruçou, para verificar, na esteira de Propp, quais eram, digamos, os elementos estruturais que configuravam uma narrativa. Ele morreu sem que o seu projeto fosse completamente realizado, mas ele tem no seu percurso coisas extremamente interessantes. Por exemplo, num primeiro momento, ele deixa de lado todas as marcas da enunciação do texto, porque não tinha instrumentos para estudar isso. Depois ele vai reincorporando, vai incorporando esses elementos. E veja como é esse problema da redução. Às vezes, a gente diz: “Mas como, deixou de lado esse aspecto?” Mas a ciência sempre opera por reduções. Não podemos esquecer-nos de um texto que eu coloquei em *As astúcias da enunciação*, que foi retirado da *História universal da infâmia*, de Borges, em que se conta que, num dado país, o Colégio dos Cartógrafos não estava contente com os mapas, porque eles eram muito toscos, não mostravam todos os dados do território. Então, fizeram o mapa maior. Mas não ficaram contentes e foram de mapa maior em mapa maior, com mais detalhes, até que chegaram ao mapa perfeito, o mapa que coincidia ponto por ponto com o território. Aí o narrador diz assim: “Menos apaixonadas pelo Estudo da Cartografia, as gerações seguintes entenderam que esse mapa ampliado era inútil e não sem impiedade o entregaram às inclemências do sol e do inverno. Nos desertos do oeste perduram despedaçadas ruínas do mapa, habitadas por animais e por mendigos; em todo o país não há outra relíquia das disciplinas geográficas”. Por que o mapa perfeito era inútil? O mapa presta-nos serviço porque reduz o território e permite-nos abarcá-lo em sua integralidade. A ciência faz mapas, ela não reproduz o objeto. Se fosse para reproduzir o objeto, não precisaríamos de ciência. Os objetos estão aí diante de nós. O que a ciência faz são mapas. Por isso, volto à primeira coisa que eu disse: diante das teorias a gente não pode ter uma concepção religiosa, a gente tem que analisar



---

cada teoria por aquilo que ela se propôs fazer. Por exemplo, eu vejo gente dizendo que Chomsky, que o gerativismo não explica o discurso. Como? E por acaso o gerativismo se propôs algum dia explicar o discurso? Eu não faria a gramática gerativa, mas tenho muito respeito por quem faz.

**MICHELE – Professor, mais uma vez muito obrigada. Ou alguém tem mais alguma pergunta? (risos)**

FIORIN – Eu que peço desculpa para vocês, por fazer vocês virem cedo, vocês ficarem de pé, o que foi pior ainda, mas, enfim, vamos lá.

**MICHELE – Obrigada, professor.**

FIORIN – Tá, tchau.

**MICHELE – Tem um tempo para uma sessão de autógrafos?**

FIORIN – Tem! Então vamos começar!